REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 34 / JANEIRO A MARÇO 94 / ANO 9

EDITORIAL

A recente inauguração do chamado "Monumento aos combatentes do ultramar" recolocou, na ordem do dia, o problema da guerra colonial. Como era inevitável.

Ainda que nem sempre os debates se tenham revelado esclarecedores e dignificantes para os participantes, pensamos que foi globalmente útil que a opinião pública se apercebesse dos equívocos e contradições que sustentam algumas das posições mais saudosistas, que continuam a encarar a guerra como um valor em si e a guerra colonial como um alto serviço prestado à pátria.

Razões teve a A25A para, desde o ínicio, encarar com reservas as motivações que estiveram na origem do monumento e os objectivos que por detrás dele se escondiam.

Se algumas dúvidas houvesse, a encenação que rodeou a cerimónia de inauguração e as declarações de alguns responsáveis da comissão promotora demonstraram, sem ambiguidades, que o monumento pretende glorificar não o sacrifício do combatente anónimo, que se disponibilizou pela patria sem se interrogar porquê, mas a própria guerra colonial, identificando-a com os superiores interesses e objectivos nacionais, com um conceito de patria e de povo que constituiam a bandeira do regime derrubado em 25 de Abril de 1974.

No fundo, com este monumento, o que grande parte dos seus promotores pretendeu, foi manifestar o seu orgulho por terem participado numa guerra que fora desencadeada para assegurar a manutenção das colónias, a sujeição dos seus povos, a exploração das suas riquezas. O objectivo deste monumento era perpetuar a memória do seu combate pela salvaguarda de uma pátria imperial, o destino de um povo dominador de outros povos .

A prova evidente destes objectivos está nas declarações de certos responsáveis, destinadas a mobilizar emocionalmente alguns manifestantes mais facilmente manipuláveis, para a hostilização e o insulto ao Presidente da República na cerimó-

(Continua na pág. 20)

SUMÁRIO

Editorial	1
Sementes de Abril	3
Opinião	5
Ler, Ver, e Ouvir	7
Está Dito	10
Recordar a Nossa História	11
Das Delegações e Núcleos	13
Da Direcção	14
Desporto e Recreio	19

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip.-Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santarreno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

25 de Abril 20 Anos

19.00 HORAS

DIA
25 DE ABRIL

JANTAR - CONVÍVIO

PAV. CARLOS LOPES

SARAU DE VARIEDADES

Promovido com a colaboração da RTP. logo a seguir ao jantar convívio, pelas 22 horas em local a indicar.

Os bilhetes serão distribuidos durante o jantar.

Na capa e contra-capa : Medalha comemorativa do XX Aniversário, da autoria de José Aurélio.

TRIBUNA MILITAR

Na sequência do texto publicado no número anterior prosseguimos, nesta secção, com a publicação de artigos extraídos da "Tribuna Militar", jornal clandestino que os militares democratas faziam circular entre os seus camaradas e que se publicou entre Janeiro de 1960 e Dezembro de 1961.

Reproduzimos nesta edição o texto que surgiu no n.° 1 de Janeiro de 1960, com o título "As forças armadas devem, no momento presente, intervir na política".

As considerações, as razões, os argumentos então produzidos, seriam exactamente os mesmos que, 14 anos mais tarde, legitimaram a intervenção do Movimento das Forças Armadas que completaria a tarefa em que os seus camaradas de 1960 se haviam empenhado.

Daí a oportunidade de dar a conhecer estes testemunhos, que têm já valor histórico.

AS FORÇAS ARMADAS DEVEM, NO MOMENTO PRESENTE, INTERVIR NA POLÍTICA

Ministros, Altos Comandos e certos camaradas dizem muitas vezes que os militares não devem intrometer-se na política, mas antes, dedicar-se inteiramente à preparação das Forças Armadas, que lhes oferecem vasto campo de aplicação para a sua actividade, com larga compensação moral – a consciência do dever cumprido ao serviço da Pátria.

Nós também pensamos que as Forças Armadas não se devem intrometer na política. Mas será isto que se tem passado ao longo dos últimos 33 anos? Não. Toda a gente sabe que o regime de Salazar se tem mantido graças ao apoio que as Forças Armadas lhe têm dado.

Seja por simpatia em determinado momento, seja por falta de esclarecimento, passividade ou comodismo, o certo é que as Forças Armadas têm sido sustentáculo da actual situação política.

Nos escassos períodos de liberdade vigiada de que dispôs em 1945, 49 e 58, o nosso povo demonstrou de forma inequívoca que não está com o regime.

Nós também pensamos que as Forças Armadas não se devem intrometer na política. Mas será isto que se tem passado ao longo dos últimos 33 anos? Não. Toda a gente sabe que o regime de Salazar se tem mantido graças ao apoio que as Forças Armadas lhe têm dado.

Então porque detém este o poder há 33 anos, se nunca foi sancionado pela vontade da Nação? Porque, servindo-se de meios repressivos nunca antes conhecidos entre nós, o regime exerce a ditadura contra a Nação. São as armas que impedem a Nação de exprimir livremente a sua vontade.

Não nos digam, pois, que não façamos política, que outra coisa não têm feito as Forças Armadas nos últimos 33 anos. "Não fazer política" significa fazer a política de Salazar.

Mas, repetimos, nós pensamos sinceramente que as Forças Armadas não devem fazer política. Então, porque devemos no momento actual intervir? Porque não estão realizadas na nossa Pátria as condições que nos permitam não o fazer e ter a consciência tranquila. Expliquemo-nos:

"A soberania reside em a Nação"; só esta pode legitimar o poder, dar-

(continua na página seguinte)

TRIBUNA MILITAR *(cont. da pág. anterior)*

lhe legalidade; quando instituições e governo tenham sido livremente escolhidos pelo povo, as Forças Armadas terão como missão honrosa, no campo interno, "cumprir e fazer cumprir a Constituição" e as leis, velando pela legitimidade do poder: as Forças Armadas serão o guardião da Lei: nessas circunstâncias não há lugar para qualquer intervenção política das Forças Armadas.

Mas o regime vigente nunca foi sancionado pela Nação, revestindo-se, portanto, todos os seus actos de ilegalidade; ora é para restabelecer a legalidade, que só tem significado se for aceite pela grande maioria da Nação, que as Forças Armadas terão de actuar.

Não pode haver dúvidas, portanto, sobre a legitimidade da intervenção das Forças Armadas no momento presente.

É natural que os portugueses tenham opiniões diferentes àcerca dos problemas da sua Pátria; mas nem por isso deixam de ser portugueses. É uma realidade irrefutável que terão de ter em conta as instituições verdadeiramente nacionais.

Só num clima de liberdade e democracia os portugueses poderão exprimir as suas diferentes opiniões sobre os problemas nacionais, como é seu sagrado direito, e chegar às soluções mais largas de colaboração, conformes ao interesse nacional: a realização da paz interna estará, assim, profundamente ligada à liberdade; a paz interna não é só a paz das ruas, é também, e sobretudo, a paz das consciências, está ligada à livre expressão do pensamento, à verdade.

A intervenção das Forças Armadas não imporá, pois, soluções aos problemas nacionais, mas antes, garantirá que a Nação livremente se pronuncie sobre eles e lhes procure solução.

É por se tornar mais do que nunca inadiável restituir Portugal aos portugueses, criar as bases da colaboração de todos os portugueses para o progresso da sua Pátria, que as Forças Armadas têm de intervir na política, no momento actual.

É por se tornar mais do que nunca inadiável restituir Portugal aos portugueses, criar as bases da colaboração de todos os portugueses para o progresso da sua Pátria, que as Forças Armadas têm de intervir na política, no momento actual.

Há camaradas nossos que receiam a intervenção das Forças Armadas conducente à mudança de regime, dizendo que não sabem o que se seguirá a Salazar, quem orientará, depois, os destinos do país, etc. O que se seguirá a Salazar di-lo-á o país; não cabe a nós, militares, mas à Nação dar a resposta.

No entanto, diremos que um povo como o nosso já deu sobejas provas de que sabe vencer as crises que o abalam, mesmo as mais profundas. Tenhamos confiança nos nossos compatriotas; os maiores valores portugueses de hoje têm sido, sistematicamente, postos à margem por Salazar: professores, economistas, políticos, médicos, artistas, trabalhadores, têm sido impedidos de dar o melhor da sua actividade à Nação; muitos deles têm conhecido a emigração, as prisões, a morte.

No restrito sector da nossa actividade, por exemplo, todos nós conhecemos numerosos medíocres, incompetentes ou arrangistas que têm estado ou estão à frente das Forças Armadas "produzindo" a caótica desordem em que nós vivemos hoje. Haverá quem duvide que no seio das Forças Armadas há homens competentes e honestos para, uma vez escorraçado o regime vigente, fazerem a profunda reforma moral e técnica porque todos nós ansiamos?

Hoje é que não estão os melhores à frente dos destinos da Nação; no fim de 33 anos de administração o regime de Salazar lega-nos um dos países mais atrasados da Europa.

Não há portanto que recear pelos destinos de Portugal, quando nas mãos dos portugueses e não nas de Salazar. Ao contrário, nesse momento muito haverá a esperar do que os portugueses, que há tantos anos anseiam por uma vida melhor para a sua Pátria, venham a fazer por ela.

O futuro será o que nós, portugueses, quizermos que seja.

A Pátria somos todos nós.

A GUERRA COLONIAL, OS MILITARES E WIRIYAMU

No passado dia 26 de janeiro, durante um debate sobre a guerra colonial transmitido pela SIC, foi pela primeira vez abordado publicamente por militares o caso de Wiriyamu. Penso que já era altura de tal acontecer embora, na minha opinião, o assunto não tenha sido devidamente aprofundado.

É óbvio que em todos os tempos e em todas as guerras houve excessos e massacres. Apenas como exemplo refira-se que em q096, durante o cerco de Niceia, os cristianíssimos cruzados cortavam as cabeças dos prisioneiros e, com a ajuda de fundas, atiravam-nas para dentro das muralhas. Ainda durante essa 1.ª Cruzada, e após a conquista de Ma'arat-al-Numan em 1099, esses mesmos piedosos combatentes "cozinhavam pagãos adultos em marmitas, punham crianças em espetos e devoravam-nas grelhadas", como conta o contemporâneo Raoul de Caen. Isto para citar agora só dois casos dos muitos que ocorreram antes e depois deles.

Wiriyamu não é um caso único na nossa história colonial recente.

Todavia esta permanência, ao longo dos tempos, dos mais baixos e sanguinários instintos humanos não justifica, de forma alguma, uma aceitação passiva dos massacres. O que se passou em Wiriyamu, quase novecentos anos depois da 1.ª Cruzada, em nada fica a dever à bestialidade revelada por aqueles que diziam combater em nome de Cristo.

Pode-se fazer a guerra e matar sem cair nos excessos diabólicos que se verificaram em Wiriyamu.

Aliás Wiriyamu não é um caso único na nossa história colonial recente. Basta recordar o massacre dos estivadores em Pidjiguti, na Guiné, em 1959 (50 mortos); o de Mueda, em Moçambique, em Junho de 1960 (600 mortos); o dos cultivadores de algodão na Baixa do Cassenge, em Angola, em Janeiro de 1961 (7 000 mortos); a chacina de várias dezenas de negros ocorrida após o funeral das vítimas do ataque à Casa de Reclusão, à Cadeia de S. Paulo e à 7.ª Esquadra da P.S.P. realizado pelo M.P.L.A. em Fevereiro de 1961; o morticínio desencadeado pela U.P.A. de Holden Roberto e Savimbi no norte de Angola, em Março de 1961 (3 000 mortos); a repressão impiedosa e selvagem feita pelas nossas tropas e pelos colonos na reconquista do norte de Angola que, segundo estimativas da O.N.U., terá provocado mais de 100 000 mortos. Isto para não falar de acontecimentos posteriores.

Na minha perspectiva, é absolutamente necessária e indispensável falar claro e dizer a verdade, mesmo que amarga e dolorosa.

Mas se Wiriyamu, infelizmente, não é um caso único é, sem dúvida, o mais conhecido. Denunciado inicialmente pelo médico da Cruz Vermelha Dr. José Paz e depois pelos padres espanhóis Júlio More e Miguel Buendia, da Ordem dos Burgos, tornou-se assunto internacional através de um artigo do padre Adrian Hastings publicado no "The Time" de 10 de Julho de 1973, nas vésperas da visita de Marcello Caetano a Londres por ocasião do 6.º centenário da aliança luso-britânica. Os reflexos foram enormes, a nível mundial.

Como é evidente, toda a oposição ao regime (e não apenas os comunistas, como afirmou o Sr. Van-Dunen durante o debate) explorou largamente o caso, no que foi acompanhada por inúmeras instâncias internacionais. O governo de caetano foi, assim, colocado numa posição extremamente delicada que só o passar do tempo veio atenuar.

Todavia o Comandante-Chefe de Moçambique, General Kaúlza de Arriaga, negou a evidência. Para ele nada de anormal aconteceu. Porém mandou apressadamente a 6.ª Companhia de Comando apagar, tanto quanto possível, os vestígios do massacre que havia realizado e mais tarde determinou o arquivamento do processo que se vira forçado a abrir.

Marcello caetano nega também. mas, perante fotografias e depoimentos que lhe são trazidos por Jorge Jardim, acaba por reconhecer a realidade. Mas a negativa oficial mantem-se.

Mas, afinal, o que se passou em Wiriyamu?

De 25 de Junho a 8 de Agosto de 1974 estive em Moçambique, nomeado que fora pelo General Spínola para chefiar a primeira missão do M.F.A. que ali se deslocou. Devíamos, como incumbência básica, fazer o levantamento da situação militar e estabelecer os primeiros contactos com os diversos grupos políticos então existentes, incluindo a Frelimo.

Na véspera do regresso foi-me pedido insistentemente que trouxesse, para Lisboa, o volumoso processo respeitante ao massacre de Wiriyamu. Assim fiz mas, quando cheguei, deparou-se-me um inesperado problema: Nenhuma entidade militar se disponibilizou para receber o escaldante documento, alegando as mais diversas e fantasiosas razões.

Tive, assim, o processo em meu poder até Setembro e só me livrei dele mediante ordem expressa do General

Costa Gomes, que impôs a sua aceitação pela Direcção do Serviço de Justiça e Disciplina do Estado Maior do Exército.

Durante esse tempo fui lendo, horrorizado, a descrição de factos que ultrapassavam o que poderia imaginar. É que houve de tudo, num diabólico festival de sangue e morte.

Fecharam-se velhos, mulheres e crianças em palhotas nas quais foram lançadas granadas de mão. Esmagaram-se crâneos à paulada. Atiraram-se ao ar diversas crianças e receberam-se na ponta de facas de mato ou fez-se tiro ao alvo. Encostaram-se mulheres em fila e fizeram-se concursos para ver quem era capaz de matar mais com um só tiro que as atravessasse. Enforcaram-se homens. Obrigaram-se mulheres a sentar-se sobre granadas de mão a que se retirava a cavilha para que morressem quando se levantassem. Violaram-se grávidas. Depois, com a faca de mato, abriu-se-lhes a barriga e mostrou-se-lhes o feto. Meteu-se a espingarda na boca de crianças e disparou-se.

Esta é a verdade resumida do que se passou no dia 12 de Dezembro de 1972 em Wiriyamu, durante a "Operação Marosca". Como é possível encontrar justificação para o comportamento desses homens que usavam a farda do Exército Português?

Não se pode aceitar, para tal, o desejo de vingança da 6.ª Companhia de Comandos face aos seis feridos graves que uma sua equipa sofrera ao regressar a Moaze. Muito menos a pretensão de eliminar o chefe guerrilheiro Raimundo, que se dizia estar em Wiriyamu. Porquê, então uma tal orgia sanguinária? O que levou aqueles homens a tal actuação?

Não satisfaz dizer que a responsabilidade cabe a quem criou condições para que Wiriyamu acontecesse ou que a preparação militar dos Comandos é propícia ao desenvolvimento de uma agressividade feroz. Qualquer destas razões talvez tenha um fundo de verdade mas não é justificação suficiente. Nem mesmo o possível perigo (inexistente naquela situação concreta) ou o possível medo, também inadmissível em elementos já muito habituados à vida no mato.

Houve, sim, uma deliberada libertação dos mais baixos e execráveis instintos humanos que permitiu a cada um dar largas à sua fantasia mórbida sem o mínimo respeito pela dignidade alheia. Pode-se fazer a guerra e matar sem cair nos excessos diabólicos que se verificaram em Wiriyamu. Houve, também, um comando deficientíssimo da operação, incapaz de controlar os combatentes e de lhes impor o cumprimento disciplinado da missão. Dirme-ão que tal não é fácil. Talvez. Mas é certamente possível quando se quer e foi isso que não se verificou, pois todos os graduados presentes mergulharam na mesma loucura sanguinária.

Respeito o pudor manifestado pelo meu velho e grande amigo Coronel Carlos Fabião. Todavia a minha posição é diferente perante o assassínio colectivo que foi cometido.

Penso que os factos, por mais desagradáveis e repulsivos que sejam, têm de ser encarados com frio realismo e equacionados no seu verdadeiro significado. É tempo de se assumirem frontalmente todos os Wiriyamus que aconteceram, não para os minimizar (o que aliás, o Fabião não fez) mas para os condenar com veemência e repulsa. O país tem o direito de saber toda a verdade, mesmo que ela seja repugnante e gravemente atentória do bom nome das Forças Armadas.

Por isso não compreendo nem aceito que os criminosos de Wiriyamu nunca tenham sido julgados e punidos severamente (como também defendeu o general Duarte Silva durante o debate) e se continue a procurar que o manto diáfano do esquecimento acabe por cobrir a nudez forte da realidade.

Na minha perspectiva, é absolutamente necessária e indispensável falar claro e dizer a verdade, mesmo que amarga e dolorosa.

Nuno Fisher Lopes Pires

POESIA

NOSSA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA

Enfim juntos, Brasil e Portugal
Pela cultura, pela civilização
Pelo idioma da grande Nação
Que nos deu um Camões e um Cabral

Pátrias gémeas, dando-se as mãos
Para construir nosso futuro
Entre nós, não existe muro
Que impeça um viver de irmãos

Não percamos tempo, é urgente
Que alcancemos logo essa meta
De consolidar nossa grandeza

E, em amizade permanente
Gritemos, com o grande poeta
NOSSA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo, 30 de Abril de 1993
José Verdasca

"QUESTIONAR ABRIL"

Está ja no prelo o novo livro de Pezarat Correia "Questionar Abril ...", que vai ser publicado pelo Círculo de Leitores e pela Inquérito e que sairá em Maio próximo.

Segundo o autor, não se trata de um livro descritivo do 25 de Abril mas de um ensaio sobre os antecedentes, caracterização, causas, desenvolvimento e consequências do processo nascido com o MFA, produto das reflexões acumuladas ao longo destes 20 anos.

O livro tem a particularidade de contar com um pequeno mas estimulante prefácio do professor Viriato Soromenho Marques.

Soromenho Marques é associado da A25A, doutorado em filosofia e professor na Universidade Clássica mas não é um intelectual contemplativo. É um activo e empenhado cidadão, preocupado e atento aos problemas mais agudos do seu tempo: o ambiente, a paz, a gestão dos conflitos, a segurança internacional. Tem vários livros publicados, destacando-se "Europa: o Risco do Futuro", "Direitos Humanos e Revolução" e "Europa: Labirinto ou Casa Comum", além de inúmeros artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Em 27 de Abril de 1974, dois dias depois do êxito do MFA, apenas com 16 anos, já assinava no "Notícias de Setúbal" um artigo intitulado "Longos e Tiránicos Anos..." Escrevia então "Neste momento (...) germina em cada um de nós a consciência de um país novo que urge levantar das cinzas quentes do passado, da crise económica e do problema ultramarino (...) Nesta hora só unidade de esforços, no interior de pluralidade democrática, poderá finalmente dissipar da nossa mente a amarga impressão de 48 longos e tiránicos anos".

É um livro de um "capitão de Abril, prefaciado por um jovem político e intelectual da nova geração, que assim confere ao 25 de Abril o sinal da sua continuidade e da sua projecção no futuro.

É o seguinte, o texto ao Prefácio de Viriato Soromenho Marques.

PREFÁCIO AO LIVRO *QUESTIONAR ABRIL* DO BRIGADEIRO PEDRO PEZARAT CORREIA

Por
Viriato Soromenho Marques

"A revolução é um furacão, quem o poderá deter?"
(Die Revolution ist ein Orkan, wer kann ihn hemmen ?)
Georg Forster, carta a Therese Forster de 28 de Dezembro de 1793

1

Ao iniciar-se a Primavera de 1974. Portugal era um país aprisionado numa trama histórica densamente trágica.

Visto de longe, Portugal parecia um império com vitalidade suficiente para manter uma guerra em três frentes, separadas umas das outras por milhares de quilómetros.

Contudo, a realidade portuguesa observada de perto confrontava-nos com uma imagem completamente diferente: um país politicamente isolado no palco internacional, até dos seus aliados; uma economia periférica, com a iniciativa paralisada pela sua excessiva concentração, tecnologicamente obsoleta, dependendo do escudo proteccionista do Estado novo; uma sociedade civil desmotivada, atemorizada, civicamente desarticulada e descrente; umas forças armadas cansadas de uma longa e onerosa guerra que há muito perdera uma qualquer perspectiva política que a pudesse justificar, e, por isso mesmo, com a sua cadeia de comando fracturada e inoperante.

Os enigmas inevitáveis e as tarefas irrecusáveis que a Nação portuguesa tinha pela frente chamavam-se descolonização e democratização.

A incapacidade demonstrada pelos dois dirigentes máximos que o regime gerara no seu quase meio século de existência, em aceitar qualquer das faces desse desafio, conduzira Portugal a um beco sem saída.

Portugal já não tinha colónias, pelo contrário, eram as colónias que aprisionavam Portugal. Era a elas, à manutenção desses vastíssimos territórios ultramarinos numa anacrónica e insustentável lógica imperi-

al, que Portugal sacrificava, não somente a sua juventude e a sua riqueza, mas também, e sobretudo, o tempo escasso que os povos têm para construir o seu futuro.

Na Primavera de 1974, Portugal agonizava sob um regirne autoritário que há muito esgotara toda e qualquer capacidade de reforma.

Sufocado pelo nó apertado do império, Portugal só o poderia ter desatado gradualmente se o outro estigma estrutural do regime tivesse sido previamente superado: o do autoritarismo e da ausência de democracia.

Em 1974, já era tarde para desatar os nós que o regime de Salazar e Caetano tinham apertado. Só restava cortá-los.

Em 25 de Abril 1974 a História encontraria, finalmerlte, os seus interlocutores. Um punhado de capitães e outros oficiais interrnédios que tiveram a coragem de não voltar costas às suas responsabilidades.

2

Questionar Abril do brigadeiro Pedro Pezarat Correia é uma obra que ocupa, desde logo, um lugar único no panorama, já relativarnente vasto, da literatura que sobre o 25 de Abril de 1974 se tem produzido dentro e para lá das nossas fronteiras.

A razão para tal não se fica a dever, somente, à sua habitual inteligência lúcida e apurado sentido crítico, mas principalmente à harmonização bem sucedida de facetas que, à partida, se suspeitaria que não pudessern conviver formalmente numa só e mesma obra.

Com efeito, como o leitor o poderá comprovar por si próprio, em ***Questionar Abril*** o brigadeiro Pedro Pezarat Correia consegue reunir, sem provocar com isso um conflito insustentável, três dimensões, três olhares distintos sobre o 25 de Abril de 1974.

Por um lado, surpreendemos a presença do testemunho de um sujeito envolvido directamente nos acontecimentos, a marca de alguém que foi parte comprometida nos factos sobre os quais se procura, fazer, agora história. Esta faceta manifesta-se particularmente no capítulo III:

(Continua na Pág. 8)

(Continuação da Pág. 7)

"Capitães de Abril" e no constante recurso a textos, da sua autoria contemporâneos dos acontecimentos analisados.

Em segundo lugar, ultrapassando decididamente o âmbito do que poderiamos designar como a crónica dos acontecimentos vividos, o autor procura traçar-nos uma visão de conjunto dos acontecimentos de Abril, estabelecendo pistas para uma genealogia (capítulo II: "Antecedentes do 25 de Abril") e ensaiando hipóteses de trabalho para as repercussões nacionais e internacionais do 25 de Abril, entrando, assim, no domínio do efeito multiplicador que todos os grandes acontecimentos possuem (nessa linha são significativos os capitulos I e V, respectivamente, "Caracterização do 25 de Abril" e "Reflexos no exterior").

Por último, o autor ganha um distanciamento interpretativo de tal modo acentuado que o surpreendemos na tentativa de apreensão dos ciclos longos da nossa história, ao aproximar analogicamente o 25 de Abril de 1974 desses outros marcos diacrónicos associados às significativas datas de 1820 e 1910 (refiro-me, essencialmente, ao capítulo VI: "O 25 de Abril na História de Portugal").

Poderia dizer-se que o brigadeiro Pedro Pezarat Correia tentou colocar esta obra sob o signo da superação da distinção que Hegel estabeleceu, nas suas ***Lições sobre Filosofia da História***, entre tres tipos de história a *original*, a *reflexiva* e a *filosófica*, correspondendo a um progressivo alargamento da amplitude compreensiva dos acontecimentos.

3

O 25 de Abril de 1974 não é somente uma data incontornável da História do Portugal contemporâneo e um acontecimento de ressonância europeia e mundial no último quartel do século XX.

O 25 de Abril é também uma data que divide a história pessoal dos portugueses em dois períodos distintos, no "antes" e no "depois" de Abril.

Para aqueles que, a semelhança do autor destas linhas, estavam ainda nos bancos das escolas secundárias, naquela fase breve da adolescência em que se procura adivinhar o que ainda não se viveu, o 25 de Abril significou uma combinação irrepetível de exaltação política e entusiasmo cívico.

Na véspera esperava-nos, ainda, a partida para a guerra ou para o exílio a certeza de uma sociedade de sussurros e censuras, o anátema de um regime que premiava os subservientes os cobardes e os medíocres.

Depois do irromper dessa madrugada única, de carros de combate, cravos nas espingardas automáticas e multidões delirantes, abria-se-nos de um só golpe, a possibilidade de um futuro que não poderia ser construído sem o nosso contributo, sem a nossa participação.

O 25 de Abril de 1974, com o mergulhar nas lutas sociais que se lhe seguiram, representou para os mais jovens uma complexa mistura entre a festa de uma liberdade, oferecida como uma graça, e o acelerado amadurecimento para a compreensão da seriedade e da gravidade que acompanham toda e qualquer responsabilidade política digna desse nome.

Nessa medida, o livro do brigadeiro Pedro Pezarat Correia, para além do seu valor intrínseco mais geral, pode ser entendido pelos leitores mais jovens, como uma obra que coloca o 25 de Abril de 1974 no ângulo vasto e nobre em que se equacionarn os grandes desafios de uma sociedade em mudança acelerada. Onde o aparecimento de novas causas e tarefas cívicas não dispensa a adequada solução das questões cruciais do aperfeiçoamento da democracia e do alargamento do conceito de defesa e segurança nacionais.

Haverá uma maneira mais adequada de curnprir Abril do que a sua interrogação num horizonte de futuro?

É essa capacidade, a cada passo comprovada em ***Questionar Abril***, que tornarão, certamente, esta obra do brigadeiro Pezarat Correia nurn estudo clássico para a compreensão desse evento maior da nossa vida colectiva, de que comemoramos este ano o vigésimo aniversário.

Viriato Soromenho Marques

PORTUGAL: XX ANOS DE DEMOCRACIA

No passado dia 15 de Março o Círculo de Leitores promoveu o lançamento do livro "Portugal: XX Anos de Democracia", em sessão pública que teve a presença do Presidente da República e para a qual foi convidada a A25A. Trata-se de uma obra de "tipo monumental", que complementa a colecção da "História de Portugal" dirigida pelo professor José Mattoso. Coordenada pelo doutor António Reis, associado da A25A, tem a colaboração de vinte e três especialistas, em diversos capítulos em que está articulado. Entre eles, os nossos associados brigadeiro Pezarat Correia, que aborda o tema da "Descolonização", e doutora Maria Carrilho que se debruça sobre "As Forças Armadas". É uma obra de literatura obrigatória, para quem quiser ter uma informação completa e fundamentada sobre o 25 de Abril e o processo de construção do Portugal democrático. E é também um marco saliente nos eventos que assinalam o vigésimo aniversário da "revolução dos cravos".

MEDALHA COMEMORATIVA DO XX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A medalha comemorativa dos 20 anos de Abril, editada pela A25A, é da autoria de José Aurélio.

Em colaboração com Vespeira (autor do símbolo) foi o autor da medalha da Associação 25 de Abril, da qual é membro.

Fora já o autor da medalha comemorativa do convívio dos oficiais de Abril, em 1982, e viria, sempre gratuitamente, a executar as medalhas editadas pela A25A, para comemorar Abril, nos 10.° e 11.° aniversários.

Nascido em Alcobaça em 1938, frequentou o curso de Escultura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. É Prémio Mestre Manuel Pereira, desde 1966 vem desenvolvendo novas formas de expressão no campo da medalhística. Entre 1969 e 1974 concebeu, construiu e orientou a Galeria "Ogiva" em Óbidos. Actividade no campo do design e das artes gráficas. Em 1978/79 foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian – subsídio de investigação. Em 1984, participa como artista convidado no Work Shop "Resurgent Art Medal" na Universidade de Pennsylvania, U.S.A. Prémio da 1.ª Bienal de Escultura das Caldas da Rainha em 1985. Em 1987, participa como artista convidado no congresso da British Art Medal Society, no norte de Inglaterra, promove com o Escultor David Reid cursos de novas tecnologias da Fundição em Cera Perdida na Esbal e na Casa da Moeda e vence o concurso promovido pela FAO para a medalha comemorativa do World Food Day. Participou em numerosas exposições colectivas desde 1958. Está representado em Museus e colecções de Portugal, Brasil, França, Holanda, Noruega, USA, Japão e Inglaterra.

EXPOSIÇÕES INDIVIDUAIS

1964 - Cerâmica – Árvore – Porto
1972 - 14 Medalhas – Gravarte – Lisboa
1973 - Tidos, Contidos e Consumidos – CAPC – Coimbra
60 Esculturas – Ogiva – Óbidos
1978 - 9 Esculturas – Novo Leblon – Rio de Janeiro
1983 - Coisas Íntimas – CAPC – Coimbra
1985 - Escultura – CCRS – Santarém
1986 - Siglas – Alcobaça
1987 - Bronzes – The British Council – Lisboa
- 18 Esculturas, 40 Medalhas – Casa da Moeda – Lisboa
- 100 Medalhas – Mosteiro de Alcobaça
1988 - 60 Medalhas, 10 Esculturas, 10 Objectos – CCRS – Santarém
Homenagem a Túlia Saldanha – CAPC – Coimbra
1989 - Escultura – GMA – Almada
1993 - Ideia para um Monumento – GMA – Almada
1994 - Natureza Metálica – Centro Cultural da Malaposta

EXECUTOU VÁRIAS ESCULTURAS PÚBLICAS, DAS QUAIS SE DESTACAM:

1975-76 - Monumento ao General Humberto Delgado em Cela Velha – 1.° Prémio de Concurso Nacional
1977 - Elemento Escultórico Metálico – Embaixada de Portugal, Brasília
1978 - Padrão Comemorativo do 8.° Centenário da Fundação da Abadia de Alcobaça
1979-80 - Monumento a Manuel Laranjeira – Mozelos – Vila da Feira
1980-81 - O "Principezinho" – Casa da Cultura – Caldas da Rainha
1981 - Grande Escultura da Carris em Miraflores – Lisboa – 1.° Prémio de Concurso Nacional
1984 - Monumento ao 25 de Abril – 10 Anos – Vidigueira
1985 - Monumento à Padeira de Aljubarrota – Aljubarrota
Monumento às Origens de Porto de Mós – Porto de Mós
1989 - Gárgulas da Torre do Tombo – Lisboa
1990 - Monumento aos Cordoeiros – Cortegaça
1991 - Monumento aos 75 anos de Abrantes/Cidade
1992 - Memória da Chegada dos Portugueses a Nagazaki – Japão
1993 - Monumento ao Trabalho – Almada
- Grande Alegoria ao Desporto – Vila Franca de Xira

"(...) uma manhã, soubemos pela rádio que se havia dado um golpe militar. Pensámos na Grécia, nos Coroñéis. Não, não era nada de semelhante. Foi preciso admitir a verdade inerível: o Exército havia libertado o povo. Nas ruas as pessoas cantavam e gritavam. Viamos os policias com um cravo vermelho na lapela, jovens soldados orientavam o trânsito. Saíram as bandeiras vermelhas. Mesmo para os não comunistas, como eu, isto significava o fim de algo de terrível."

Huguette Rotheval,
em "Sonhos de Abril":
Primeiro de Janeiro
de 10 Out 93

"Eu havia conhecido Maio de 68 pelos jornais e havia sempre lamentado nã ter feito a experiência. A ocasião era-me dada no momento"

Huguette Rotheval,
em "Sonhos de Abril":
Primeiro de Janeiro
de 10 Out 93

"Foi então que nos anunciaram a chegada do nosso novo director. Ele tinha 30 anos. Vinha do Chile de onde havia sido expulso por razões políticas. (...) Ele pensava que a realidade social e política havia mudado, que nos deviamos dar conta disso. Desejava que nos adaptássemos à Revolução. Parecia-me que era, de facto, a única solução. De resto, esta Revolução era extraordinária."

Huguette Rotheval,
em "Sonhos de Abril":
Primeiro de Janeiro
de 10 Out 93

"Pergunto-me: não teria sido tudo uma ilusão? Será que não fica senão um cenário vazio ou um receptáculo pronto a receber ideias forçadas daquelas que conduzem o mundo? Será que aqui, como na cidade e no País, tudo vai parar, recuar... Irá esta evolução começada numa manhã de Abril, destruir aqui, e por toda a parte, as barreiras dos preconceitos, das classes, minar o mundo?

Resta uma certeza: para mim, nada mais será como dantes..."

Huguette Rotheval,
em "Sonhos de Abril":
Primeiro de Janeiro
de 10 Out 93

"Francisco Salgado Zenha tem um lugar marcado na história contemporânea de Portugal como um dos campeões da liberdade"

José Pedro Castanheira,
em "Zenha Indomável":
Expresso Revista
6 Nov 93

"Salgado Zenha morreu. No funeral, o jurista foi acompanhado por uma guarda de honra de luxo: o ministro, o procurador,, o bastonário, o provedor e muitos, muitos magistrados e advogados. Do político despediram-se, respeitosos e sinceros, homens e mulheres de todos os quadrantes de pensamento e acção. Presentes, os quatro presidentes da II República, que, num gesto humilde e inédito, quiseram prestar homenagem ao homem, ao democrata e sobretudo ao campeão da liberdade."

José Pedro Castanheira,
em "Zenha Indomável":
Expresso Revista
6 Nov 93

"Foi tocante ouvir o Embaixador americano, quando inaugurava as instalações da representação dos Estados Unidos em Angola, ali no Miramar (curiosamente, no antigo solo sagrado do "Cemitério dos Ingleses"...), fazer ecoar e aplicar a Angola as palavras finais da célebre oração fúnebre de Abraham Lincoln, o "Gettysburg Adress", pronunciadas em plena guerra civil norte-americana no século passado: "Esta Nação, sob a protecção de Deus, terá um novo berço da liberdade e este governo do povo, pelo povo e para o povo, não desaparecerá da face da terra".

Quem garantirá Deus? Os Estados unidos? o mundo? ou nós próprios?"

Fernando Oliveira,
em "Notas & Reflexões",
Jango, n.º 10, Ago 93

TRATADO DE PAZ COM A ESPANHA
Assinado em Lisboa em 13 de fevereiro de 1668

D. Afonso VI (segundo uma gravura existente na Biblioteca Nacional de Lisboa)

Nesta data, após 28 anos de guerra, a Espanha reconhece a independência de Portugal, que já era um facto desde o dia da restauração em 1 de Dezembro de 1640, reconhecido então por quase todos os Estados da Europa.

Para a assinatura deste tratado muito contribuiram as grandes vitórias obtidas nos campos de batalha pelas forças portuguesas e, pela superior orientação política e administrativa do Conde de Castelo Melhor, Ministro de D. Afonso VI - o Vitorioso, no decisivo período que vai de 1662 a 1667. Recordemos:

Em Maio de 1644, na Batalha do Montijo, as forças portuguesas comandadas por Matias de Albuquerque vencem as espanholas do Comando do Barão de Mollingen.

Quinze anos depois, na Batalha das Linhas de Elvas, em Janeiro de 1659, são os espanhois batidos pelas forças portuguesas comandadas por Vila Flor e André de Albuquerque Ribafria, morto em combate. Quatro anos depois, em 8 de Julho de 1663, novamente o exército invasor, comandado, desta vez, por João de Áustria, foi batido pelas forças comandadas por Sancho Manuel - Conde de Vila Flor - coadjuvado por Schomberg, como Mestre de Campo General.

LUIS DE VASCONCELOS E SOUSA
3.º CONDE DE CASTELO MELHOR

O principal teatro de luta deslocou-se para a fronteira da Beira. Durante um certo tempo o General da província, Pedro Jacques de Magalhães entretivera os espanhois com guerrilhas nas cercanias de Almeida. Como represália de várias entradas e sques do inimigo, mandou-lhes queimar a Vila de Sobradillo.

Veio, então, o General espanhol Duque de Ossuna, pôr cerco a Castelo Rodrigo com uns 5000 homens. Estava-se a 3 de Julho. A praça tinha fraca guarnição e render-se-ia se Pedro Jacques de Magalhães a não viesse socorrer. Ao aproximar-se o Exército português, cuja superioridade não chegava a mil homens o Duque de Ossuna preparou a retirada (6 de Julho). Mas os portugueses atacaram. O Duque fugiu com uma escolta de Cavalaria enquanto a sua Infantaria e a sua Artilharia caíam totalmente em poder dos portugueses. A derrota foi total.

Não obstante, no ano seguinte, tentou o Governo de Filipe IV novo golpe contra os portugueses. Era ainda a esperança de uma vitória decisiva. Para Comandante do Exército escolheu o Marquês de Caracena (Luis de Benevides).

Desta vez contou com o apoio do Imperador, que no ano anterior conseguira libertar-se da invasão turça, (cujo exército estivera às portas de Viena).

Filipe IV recebeu tropas da Alemanha, Itália e Suiça, num total de 15000 homens.

Assim em 17 de Julho de 1665, o

(Continua na Pág. 12)

(Continuação da Pág. 11)

Exército espanhol de 23000 homens, que entrara no Alentejo comandado pelo Marquês de Caracena, é completamente derrotado em Montes Claros pelo Exército português comandado pelo Marquês de Marialva tendo Schomberg como Mestre de Campo General, tendo como General de Artilharia o Conde de Ericeira e como General de Cavalaria, Dinis de Melo e Castro.

Com esta sequência vitoriosa, abria-se-nos a possibilidade de negociar um Tratado de Paz com Espanha em condições favoráveis.

O Governo espanhol protelava as negociações e não queria reconhecer o rei Afonso VI.

Porém, três meses após o auto de desistência de D. Afonso VI e já consumada a demissão do Conde de Castelo Melhor, é assinado em Lisboa pelo Principe Regente D. Pedro, o tratado de Paz em Espanha em 13 de Fevereiro de 1668.

Serviu de medianeiro o diplomata inglês Conde de Sandwich.

Continha, entre outras, as seguintes cláusulas:

– Estabelecimento de uma "paz perpétua, firme e inviolável entre as duas coroas e os seus vassalos".

– Restituição mútua de todas as praças conquistadas com excepção de Ceuta, que ficaria em poder dos castelhanos;

– Libertação imediata de todos os prisioneiros;

– Restabelecimento das relações comerciais entre os dois países, tais como se efectuavam no tempo do Rei D. Sebastião;

– Reparação dos danos sofridos pelos particulares em razão de guerra.

Por este tratado ficou definitivamente reconhecida por Espanha a Independência de Portugal, a que se seguiram os reconhecimentos da Santa Sé e da Casa da Áustria.

Diz Pinheiro Chagas:

D. Pedro II (gravura da colecção da Academia das Ciências de Lisboa

"A Espanha deveu, à inépcia do governo, que no 2.° semestre de 1667 passou a dirigir os nossos destinos, o não ter que suportar um tratado" bastante mais indemnizador como era o que estava a ser negociado por Castelo Melhor.

Mesmo assim, "tiveram o seu legítimo prémio a constância heróica, a inabalável energia de que demos, durante 28 anos, tão evidentes provas".

Textos de Barbosa Pereira

A Guerra Colonial volta a estar no centro das atenções. Em tempos, foi publicado um livro sobre a vivência da companhia que comandei na Guiné em 1969-1971. Parece-me oportuno relembrar algumas das poesias aí inseridas.

Vasco Lourenço

SONHO NA GUINÉ

A guerra acabou!...
A guerra acabou!...
Há paz, alegria e PAZ.

Encontro na rua um amigo
E abraçamo-nos.
Encontro, na rua, um inimigo
E abraçamo-nos.

Acabou a injustiça nesta terra.
Sim, amigos...
(oiço gritar)

A guerra acabou,
E já há justiça!

Encontro mais um amigo.
Vou abraçá-lo... já...
Mas... mas... ACORDEI !...

19Dez69

PAZ

Duas horas e picos...
O avião da Tap levantou.
Com ele vai um moço
Cujo destino é
Não interessa,
Vai p'ra guerra.
Guerra, palavra horrível.
Guerra, contra quem?
Sabe-se lá !...
Pelo menos ele não sabe bem.
Sabe, sim, que vai
Fazer o quê?
A guerra...
Com que fim?
P'ra ele não haverá propriamente um fim.
Vai p'ra guerra,
Pois é isso que a Nação...
Nação?
Será a Nação?
Não.
Ele pensa que não.
É o Governo, os ditadores
Que lho exigem,
Sim ele vai p'ra guerra
Com um fim;
Conquistar o direito de...
Viver em Paz...
(será em Paz?)
No seu País.
(ou, como dirão os outros,
na metrópole do seu país).
Sim... é isto.
Triste realidade
Triste guerra, em que os seus intérpretes
Só desejam é viver em Paz.
PAZ!...
Porque não a conseguir?
Paz... palavra doce.
E o avião continua.
A caminho da... PAZ!

26Dez69

NORTE

ASSEMBLEIA REGIONAL ORDINÁRIA

Teve lugar na Casa da Cultura do Professor, do Sindicato dos Professores do Norte, em 22 de Janeiro passado, a Assembleia Regional Ordinária da Delegação Norte da Associação 25 de Abril, com a presença de vinte e seis associados.

Da agenda constaram os seguintes pontos:

– Leitura e aprovação do Relatório de Actividades do biénio 1992/93;

– Eleição dos Corpos Gerentes para o biénio 1994/95.

No período antes da ordem do dia foi feita uma exposição sobre aquilo que foi, tratado uma semana antes em Lisboa, na Assembleia Ordinária da Associação, nomeadamente a carta enviada à ADFA e a moção aprovada sobre o Monumento aos Combatentes do Ultramar. O teor da moção saída dessa Assembleia foi ratificada por maioria com um voto contra e declaração de voto do nosso consócio, General Passos Esmeriz, que solicitou de que dessa declaração de voto fosse dado conhecimento à Direcção Nacional da A25A, o que foi feito.

Referiu-se também a situação actual da futura Sede Nacional, das Comemorações do XX Aniversário do 25 de Abril e da situação financeira da Associação.

Foi também feito um apelo à adesão dos sócios da A25A às Comemorações a ter lugar na cidade do Porto, do 31 de Janeiro.

Entrando no período da ordem do dia foi aprovado por unanimidade o Relatório de Actividades apresentado pela Direcção.

Foram aprovados por unanimidade e aclamação dois votos de louvor:

– Um à Direcção cessante pelo trabalho desenvolvido e sua fé face ao futuro da A25A;

– Outro, que além de louvor foi de agradecimento ao Sr. Coronel Tomaz Ferreira, Presidente cessante da Assembleia Regional, que vai abandonar funções por ausência para o estrangeiro.

Seguiu-se a votação e a eleição por unanimidade dos novos Corpos Gerentes, que têm a seguinte constituição:

Tomada de posse da Direcção da Delegação
Momento em que o Presidente da Assembleia Regional, em exercício, usava da palavra

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente – José Luís Machado Bacelar Ferreira – *Coronel*
Vice-Presidente – António Maria L. V. Corte Real – *Arquitecto*
Secretário – José Barros da Costa – *Doutor*
Vogal – António Artur Rodrigues da Costa – *Juíz*
Vogal – José Duarte Gonçalves Cardoso – *1.° Sargento*

DIRECÇÃO

Presidente – Antero Aníbal Ribeiro da Silva – *Ten. Coronel*
Vice-Presidente – Abel Joaquim A. Tavares – *Com. Eng.ª Naval*
Secretário – Aníbal Fernando da Silva – *Reformado*
Tesoureiro – José Joaquim Ribeiro de Castro – *1.° Sargento*
Vogais – Boaventura José Martins Ferreira – *Coronel*
Vogais – Amadeu Artur Felgueiras – *Ten. Coronel*
– João Batista V. Miranda Magalhães – *Doutor*
– António Mário Ribeiro Pinto – *Sarg. Mor*
– Manuel Vitorino Abreu da Silva – *Jornalista*

31 DE JANEIRO

Associou-se esta Delegação às Comemorações levadas a efeito para comemoração desta efeméride, levadas a cabo pela Associação 31 de Janeiro e Clube de Sargentos do Exército.

Do programa constou uma cerimónia junto ao Monumento evocativo no cemitério do Prado do Repouso, na cidade do Porto, em que usaram da palavra representantes daquelas duas instituições e da nossa Asso-ciação.

Pela A25A usou da palavra o nosso consócio Coronel Boaven-tura Ferreira.

À noite teve lugar um jantar no Grande Hotel da Batalha, em que usou da palavra o Prof. Dr. Oliveira Ramos, antigo Reitor da Universidade do Porto.

TOMADA DE POSSE DOS NOVOS CORPOS GERENTES

Em 5 de Fevereiro passado, na Casa do Roseiral (Palácio de Cristal), na cidade do Porto, instalações gentilmente cedidas pela Câmara municipal do Porto, teve lugar a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes desta Delegação.

A cerimónia que teve a presença de algumas individualidades significativas da cidade do Porto, nomeadamente o Sr. Eng.° Armando Pimentel, Vereador da referida Câmara, decorreu com muita dignidade, tendo sido lidas a mensagem enviada pelo Presidente da Direcção, Vasco Lourenço, e uma alocução alusiva ao acto do Presidente da Delegação.

COMEMORAÇÕES DO XX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Tem a Delegação Norte em projecto as seguintes iniciativas:

1. Ciclo "Conferência de Abril", da sua própria iniciativa
   Tema 1: Comunicação e Poder/Poder de Comunicação;
   Tema 2: Democracia, um objectivo ético;
   Tema 3: Marx, hoje.

2. Apoio ao Forum"25 de Abril: os próximos 20 anos", organizado pela APRIL (Associação Política Regional de Intervenção Local).

3. Debate subordinado ao tema: "A Guerra Colonial: ainda a escondemos?" É uma organização conjunta desta Delegação, da Delegação do Porto da ADFA e do Clube de Sargentos do Exército.
   Inclui também uma exposição sobre o tema.

4. Jantar comemorativo, aberto à população, também organização conjunta das três entidades acima referidas.

5. Representação da A25A em todos os locais (Autarquias, Associações, etc.) para onde for convidada, em Comemorações respeitantes à efeméride.

CONVITES FEITOS À A25A

- C. U. R. P. I. S. I. A. - de St.ª Iria de Azóia
Festa de Natal
8/12/93

- C. U. R. P. I. M. - de Moscavide
Festa de Natal
8/12/93

- Partido Socialista Revolucionário
20.° Aniversário da Fundação da LCI
11-12/12/93

- A Autora / O Teatro da Cornucópia / Edições Salamandra
Encontro sobre a publicação do livro "Títulos, Acções, Obrigações" (sobre a cultura em Portugal 1974-1994) de Eduarda Dionísio
16/12/93

- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL / COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "DE GRAUS" de Prista Monteiro
22/12/93

- CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA / SOCIEDADE FILARMÓNICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA AMADORA
Concerto de Ano Novo
8/1/94

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Exposição de V. Torres Preto
MAIARTE (Fabrico de candeeiros e estatuetas)
8/1/94

- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA
Tomada de Posse
17/1/94

- EDICLUBE
Lançamento da "História de Portugal" do Prof. Dr. João Medina
17/1/94

- GALERIA QUADRADO AZUL
Exposição de pintura de Anamor
28/1/94

- AMASCULTURA
Inauguração da exposição de escultura de JOSÉ AURÉLIO
29/1/94

- GALERIA DE ARTE CAPITEL
V Bienal de "Oportunidade a jovens e principiantes"
29/1/94

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA
Inauguração do restaurante da delegação n.° 1 do Clube do Sargento da Armada.
4/2/94

- O COMITÉ CENTRAL PORTUGUÊS DE ESTUDO DO KIMILSUNISMO / EMBAIXADA DA REPÚBLICA P. DEMOCRÁTICA DE COREIA
14.° Seminário sobre a "Ideia Zuche e a Coreia Socialista"
12/2/94

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento
29/1/94

- CIVITAS
Sessão pública para apresentação do passaporte Europeu contra o Racismo
31/1/94

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia de "Diálogo sobre a pintura e a cidade de Roma"
de Francisco de Holanda
2-3-4/2/94

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Tomada de posse dos orgãos sociais da Associação
9/2/94

- TEATRO NACIONAL D. MARIA II / COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia "OS DIAS FELIZES"
de Samuel Beckett
17-18/2/94

- GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração da Exposição de Martins Gomes
19/2/94

- INATEL / COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia de "DE GRAUS" de Prista Monteiro
23/2/94

- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Recepção de abertura de Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura
26/2/94

- AMASCULTURA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A ÁREA SOCIOCULTURAL
Encontro-Debate - "A escultura e o fogo"
Com o escultor José Aurélio
26/2/94

- ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
Colóquio "O Tratado de Maastricht e as Forças Armadas"
4/3/94

- A SOCIEDADE LISBOA 94 / ROGÉRIO VIEIRA
Espectáculo "Playland" de Arthol Fugard
5-6-8/3/94

- SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO / ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA
Lançamento do livro com as intervenções e conclusões do colóquio sobre "Fronteiras da polícia na Europa sem fronteiras"
17/3/94

- A.D.F.A.
6.ª Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra
13 a 16/3/94

- CÍRCULO DE LEITORES
Lançamento "Portugal 20 anos de Democracia"
15/3/94

- GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da Exposição de pintura, escultura e gravura de António Clavé.
11/3/94

- A DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO
Acto de Posse dos Corpos Gerentes
10/3/94

- A.D.F.A.
Sessão solene de abertura da 6.ª Conferência Internacional sobre "Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra"
13/3/94

- PRESIDENTE E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DAS DESCOBERTAS
Inauguração da Exposição de Souto de Moura - Projectos e Materiais 1993-1979 e Angelo 1993, uma Antologia
14/3/94

O PRESIDENTE E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DAS DESCOBERTAS O DIRECTOR GERAL DA CAISSE DES DÉPOTS et CONSIGNATIONS e o PRESIDENTE E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA 94 - CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA
Inauguração da Exposição PULSARES
14/3/94

- A.D.F.A.
Sessão de encerramento da 6.ª Conferência Internacional "Sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra"
16/3/94

- A COMUNA - TEATRO DE PESQUISA / COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES
Estreia do espectáculo "Guerras do Alecrim e Manjerona"
de António José da Silva, O Judeu
17-18/3/94

- SEIES - SOCIEDADE DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM ENGENHARIA SOCIAL
Debate "Auto Emprego - ILE's de Mulheres"
17/3/94

- UNIÃO DOS SINDICATOS DE SETÚBAL
IV CONGRESSO
18-19/3/94

- U.D.P. UNIÃO DEMOCRÁTICA POPULAR
Forum "Que Europa após Maastricht?"
19-20/3/94

- MURPI- Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos
1.° Congresso
19/3/94

MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

No seguimento de uma carta enviada pela Direcção da A25A ao Presidente da Direcção Geral da ADFA, a Assembleia Geral aprovou uma moção onde decide apoiar publicamente a Direcção.

Para conhecimento dos associados, transcrevem-se as duas posições.

CARTA

Gratos pelo convite recebido para assistir às cerimónias de inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, lamentamos informar da nossa decisão de não comparência nas mesmas.

Esta posição resulta do facto de o rferido monumento ter vindo a assumir uma imagem nada de acordo com o espírito do 25 de Abril - enformado pela liberdade, pela democracia e pela aceitação do direito inalienável dos povos à sua própria liberdade, independência e auto determinação.

Pelo contrário, a imagem que se pretendeu e vem conseguindo criar é a de um monumento passadista, saudosista, que procura mais justificar a guerra colonial e a teimosia dos que a impuseram, do que a abnegação, a valentia e o patriotismo dos que a fizeram e aí sofreram, se deficientaram ou perderam a vida. Que procura mais transmitir a imagem de condenação a um pretenso abandono do Ultramar, a uma pretensa traição à Pátria, à defesa de um belicismo "heróico e patriótico", do que a abnegação, a valentia e o patriotismo dos que souberam compreender a verdadeira natureza e razão de ser das forças armadas, libertaram os portugueses da ditadura, ajudaram a libertar os povos colonizados e abriram caminho a um bom relacionamento entre Portugal e os novos países de expressão oficial portuguesa.

Esta opinião quanto à imagem, que lamentavelmente se criou já, do monumento, poderia sofrer alguma contestação se não existissem antecedentes e procedimentos recentes, que demonstram e confirmam uma clara intenção em a provocar. Isto apesar da acção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas que, com a sua inclusão na comissão executiva do monumento, vem procurando evitar que esses objectivos sejam totalmente atingidos. Ainda que à custa da legitimação da referida comissão executiva que, com a presença da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, sempre pode argumentar (qual operação de cosmética...) que não é composta apenas por forças claramente conservadoras e nostálgicas do regime derrubado em Abril de 1974.

Com efeito, importa relembrar que já em Abril de 1991, a Associação 25 de Abril expressara publicamente a sua profunda discordância com o andamento que o processo do monumento estava a ter. Realçámos então a estranheza e a não aceitação da exclusão da comissão executiva, de organizações como a Associação 25 de Abril, o Clube Militar Naval, a Associação Nacional de Sargentos, o Clube de Sargentos da Aeronáutica, o Clube de Sargentos do Exército, o Clube de Sargentos da Aeronáutica, o Clube de Praças da Armada. Agravado pelo facto de sabermos que essa situação não existia por acaso, pois havia sido discutida quando da formação da já referida comissão executiva.

Importa ainda salientar o alerta que a Associação 25 de Abril promovera junto de sua Excelência o Presidente da República e do Excelentíssimo Ministro da Defesa, a quem dera conhecimento das suas profundas preocupações.

A todos estes antecedentes há a juntar o facto de termos tido conhecimento da recusa, por parte da comissão executiva do monumento, da proposta feita pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas para que a Associação 25 de Abril fosse convidada de honra na inauguração, com o argumento de que, "sendo o monumento uma homenagem aos que sofreram com a guerra colonial, era também uma homenagem aos que lhe puseram termo. Isto é aos militares de Abril". E como a Associação dos Deficientes das Forças Armadas considera a Associação 25 de Abril a digna representante dos capitães de Abril, defendeu que deveria a mesma receber um tratamento adequado.

Posição que, muito naturalmente e em conformidade com o seu posicionamento, as outras componentes da comissão executiva não subscreveram, antes vetaram. Com argumentos que serviram igualmente para, de forma discriminatória, justificar o convite ao marechal António de Spínola e o não convite ao marechal Francisco da Costa Gomes.

Daqui resultando o reforço da imagem que vinha sendo perseguida e que nem a presença de Sua Excelência o Presidente da República conseguirá evitar.

Por tudo isso, reafirmando a nossa opinião de que se justifica uma homenagem às vítimas da guerra colonial, bem como uma homenagem que dignifique o combatente português, consideramos não ser essa a resultante do Monumento aos Combatentes do Ultramar, que agora se inaugura, pelo que decidimos não aceitar o vosso convite e não assistir às cerimónias da referida inauguração.

Certos da vossa compreensão, reafirmamos a vontade de manter e reforçar as cordiais relações existentes entre as nossas duas associações, continuando a nossa luta por um Portugal onde os valores de Abril não se vejam ultrapassados e façam parte integrante da nossa sociedade.

Com as mais cordiais saudações.

O Presidente da Direcção
Vasco Correia Lourenço

P.S. Informamos que daremos conhecimento desta nossa carta a sua Excelência o Presidente da República e ao Excelentíssimo Ministro da Defesa Nacional.
Informamos ainda que faremos divulgação pública da mesma.

MOÇÃO

A Associação 25 de Abril reunida em Assembleia Geral em Lisboa, em 15 de Janeiro de 1994, face à polémica resultante da cerimónia da inauguração do chamado "Monumento aos Combatentes do Ultramar", decidiu apoiar publicamente a posição assumida pela Direcção da Associação.

1 - A A25A é constituida maioritariamente por sócios e apoiantes que foram combatentes na guerra colonial e assumem sem complexos essa condição.

2 - A A25A, reconhecendo que é da mais elementar justiça uma homenagem nacional ao combatente português, denuncia a ilegitimidade da instrumentalização, que vem sendo feita, da generosidade com que centenas de milhares de portugueses se bateram na guerra colonial para, em última análise, enaltecerem não o sacrifício dos combatentes mas a própria guerra em si e, através dela, o regime derrubado pelo 25 de Abril.

3 - De facto, o sentido que se pretendeu transmitir à cerimónia e à própria edificação do "monumento" mais não é do que a recuperação das intenções que estiveram na base da convocação do pretenso "Congresso dos Combatentes do Ultramar", em 1 de Junho de 1973, que nós já então denunciámos e rejeitámos.

4 - Essa recuperação inscreve-se na lógica que, mais recentemente, presidiu à atribuição de benefícios pecuniários por pretensos actos valorosos na guerra, que se quiseram tornar extensivos até a ex-agentes da PIDE/DGS.

5 - A A25A manifesta a sua preocupação para o facto de toda esta lógica poder inscrer-se na recuperação dos falsos valores que animavam os regimes fascistas e que hoje têm ressurgido em muitos países europeus, preocupações tanto mais justificadas pela forma lamentável que rodeou a cerimónia de inauguração, em que nem o Presidente da República foi poupado a insultos e apupos previamente anunciados.

6 - Por tudo isto, a A25A recusa o significado que se procura atribuir ao "monumento" hoje inaugurado, como a consagração nacional de que combatente português é credor.

OFERTAS FEITAS À A25A

- Programa Horizon I - Relatório Final Projecto jovens marginalizados do desenvolvimento.

Oferta da CIVITAS

- História de Portugal do Prof. Doutor João Medina

Oferta da Ediclube

- Pequenas bibliografias de Gente Grande de Isabel César Anjo e Alberto Pedroso

Oferta dos Autores

- Livro "Farewell Happy Fieds" de Manuel António Pina
Oferta de Renato Soeiro

- 1 medalha do 150.° Aniversário do Banco Totta e Açores

Oferta do sócio Manuel Rodrigues

- "Portugal XX Anos de Democracia"

Oferta do Círculo de Leitores

ASSOCIADOS FALECIDOS

– Carlos Alberto Claro Mourisca
Sócio efectivo n.° 576 (Fundador)

– Fernando dos Reis Fernandes Caldeira
Sócio efectivo n.° 734 (Fundador)

António Maria Luis Prazeres
Sócio efectivo n.° 1392 (Fundador)

– Henrique Artur Santos Ochsemberg
Sócio efectivo n.° 1840

– José Maria B. Magalhães Godinho
Sócio efectivo n.° 2220

– Vasco Manuel de Magalhães Vilhena
Sócio efectivo n.° 2490

– Camilo Ferreira de Oliveira
Apoiante n.° 1911

– Luciano Resende da Mota Vieira
Apoiante n.° 2020

– Maria Hortência Caria Lucas
Apoiante n.° 2378

ASSEMBLEIA GERAL

A reunião da Assembleia Geral, no passado dia 15 de Janeiro, com a participação de 71 sócios, discutiu vários aspectos da nossa vida associativa e tomou algumas decisões importantes. Mais uma vez se salienta a participação reduzida dos sócios na AG...

Depois da ratificação dos novos sócios (15) e apoiantes (1), procedeu-se à análise do relatório da Direcção cessante. Relatório cuja aprovação foi bastante pacífica e do qual se destaca, mais uma vez, o péssimo panorama financeiro, fruto da falta de pagamento de quotas por parte dos associados e da continuação da ausência de outras receitas, para além das referidas quotas. Situação fácil de compreender, se analisarmos os números seguintes (referentes a DEZ93):

SÓCIOS EFECTIVOS	2237
Com quotas em dia	817
Com quotas a actualizar	227
Com seis meses de atraso	8
Com 1 ano de atraso	121
Com 2 anos de atraso	95
Com 3 anos de atraso	139
Com 4 anos de atraso	96
Com 5 a 6 anos de atraso(suspensos)	408
Com mais de 7 anos de atrazo e/ou que nunca pagaram(P.Exon.compulsiva)	312
Dispensados do pagamento de quotas	14

APOIANTES	1979
Com quotas em dia	845
Com 1 ano de atraso	93
Com 2 anos de atraso	71
Com 3 anos de atraso	81
Com 4 anos de atraso	71
Com 5 a 6 anos de atraso(suspensos)	710
Que não declararam pagamento de quotas e/ou dispensados	108

E, face à não presença de um mínimo de 100 sócios, mais uma vez se não procedeu à exoneração compulsiva dos que não pagam há mais de 7 anos.

Para além de outras decisões, de que damos conhecimento à parte, foram eleitos os corpos gerentes para o mandato de 1994/1995:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Cor. Carlos Alberto Idães Soares Fabião
Vice-Presidente	- C.M.G. José Manuel Oliveira Monteiro
Primeiro-Secretario	- S. Mor. Cremildo Lobato Possante
Segundo-Secretário	- Cap. António Várzea
Suplentes	- S. Aju. Joaquim José Filipe Ventura
	- 1.° Sarg. Vitor Manuel F.Ribas de Lira

DIRECÇÃO

Presidente	- T. Cor. Vasco Correia Lourenço
Vice-Presidente	- C.M.G. João Caiado Falcão de Campos
Secretário	- Cap. José Barata Olivença
Tesoureiro	- Cor. Artur Fernandes Batista
Vogais efectivos	- T.Cor. Nuno Manuel G. Fisher Lopes Pires
	- Cor. António Joaquim Flausino Raimundo
	- S.Aju. Ricardo Maria Riça da Silva
	- Viriato Soeiro Ferreira Camilo
	- Manuel José Esteves Rodrigues
Suplentes	- T.Cor. José Augusto dos S. Rosário Simões
	- Cap. José Manuel Dourada Mendes

CONSELHO FISCAL

Presidente	- Gen. Amadeu Garcia dos Santos
Primeiro Secretário	- Cor. Eugénio Oscar Filipe de Oliveira
Segundo Secretário	- C.Ten. Fernando Almeida Cavaco

COMEMORAÇÕES DO 20.° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A Assembleia Geral aprovou o programa de comemorações dos 20 anos de Abril.

A Direcção procurará dar-lhe cumprimento, quer organizando um vasto conjunto de actos comemorativos quer respondendo, dentro das possibilidades da A25A, às inúmeras solicitações que lhe são feitas.

Procurar-se-á que os 20 anos sejam comemorados recordando e festejando a reconquista da liberdade e a implantação da democracia, renovando a afirmação, dos valores de Abril e procurando uma grande ligação à juventude, única via que se considera viável para que o 25 de Abril continue a ser o futuro em Portugal.

Realizou-se já a nossa sessão solene de abertura das comemorações.

Decidimos fazê-la no dia 5 de Março, para assim recordarmos a reunião de Cascais, que tão importante foi na conspiração que nos levou ao 25 de Abril.

Presidida pelo Presidente da República, teve a presença dos principais titulares dos demais orgãos de soberania e de muitas outras individualidades: Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro;Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, em representação do Presidente; Ministro da Presidência e da Defesa Nacional; Líderes parlamentares do PSD, PS e PCP; Procurador Geral da República; Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e Chefes do Estado Maior da Armada, Força Aérea e Exército (representado pelo Vice-Chefe); Provedor de Justiça; Vice-Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, em representação do Presidente; Conselheiros de Estado; Deputados; ex-Presidente da Assembleia da República; Dirigentes de vários Partidos; Presidentes de Assembleias Municipais e de Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Vereadores da C.M. Lisboa; Dirigentes sindicais;Representantes de muitas outras organizações convidadas.

De destacar, ainda, a presença de vários dos Embaixadores acreditados em Portugal.

Queremos destacar, também, a presença dos três ex-Presidentes da República. Foi assim possível juntar, numa cerimónia comemorativa dos 20 anos de liberdade e democracia em Portugal, todos os homens que durante esse período exerceram e exercem o mais alto cargo do Estado. E foi a Associação 25 de Abril que o conseguiu.

Por fim, salientamos a participação de um grande número de militares de Abril, nomeadamente da maioria dos antigos membros do Conselho da Revolução .

Na sessão, aberta por Vasco Lourenço que, em nome da A25A, cumprimentou, agradeceu as presenças e informou sobre o teor das comemorações dos 20 anos de liberdade e democracia, usaram da palavra Aniceto Afonso, Boaventura Sousa Santos e António Ravara, para além de Mário Soares, que encerrou. Todas as intervenções serão publicadas num próximo número, porventura um número especial. De momento, referiremos a qualidade de todas elas. António Ravara, em nome do Conselho Nacional da Juventude, mostrou bem como a juventude portuguesa começa a compreender que o 25 de Abril é fundamentalmente dela e a ela cabe a sua defesa e continuação. Aniceto Afonso e Boaventura Sousa Santos quase davam a ideia de terem combinado o teor das suas intervenções. Com efeito, ainda que bastante fortes individualmente, completaram-se totalmente e deram uma ideia extraordinariamente forte do 25 de Abril e dos 20 anos que entretanto passaram. A visão do militar de Abril foi perfeitamente completada pela do professor universitário e o resultado foi, pura e simplesmente, fantástico. Situação que, porventura, terá servido de inspiração a Mário Soares que, num optimo improviso, fez uma importantíssima intervenção, onde é de realçar a homenagem prestada aos militares de Abril pela sua acção libertadora e pela sua acção na consolidação da democracia em Portugal.

Confiemos que as comemorações continuem com a mesma dignidade, reafirmando permanentemente os valores do 25 de Abril.

APELO DO FORUM CÍVICO EUROPEU

No seguimento da resolução aprovada em 28 de Outubro de 1993 no Parlamento Europeu, o Forum Cívico Europeu está a promover uma campanha de apoio aos cidadãos oriundos de qualquer das repúblicas da ex-Jugoslávia que abandonaram os seus novos países para não participarem numa guerra fratricida que está a destruir os laços de convivência, de entendimento e de amizade estabelecidos ao longo de muitos séculos naquela região da Europa.

Sem pretender tomar qualquer partido no conflito em curso, entendeu a A25A dar o seu apoio a uma iniciativa de carácter humanitário, que ao mesmo tempo pode minimamente contribuir para reduzir a intensidade da guerra civil que se trava em algumas zonas mais sensíveis da ex-Jugoslávia.

Junto com este número d"O Referencial" é distribuído o Apelo lançado pelo Forum Cívico Europeu, agradecendo a Associação, aos associados que o queiram fazer, a sua devolução para a nossa sede com o maior número possível de assinaturas, encarregando-se a A25A da sua recolha e envio para o Forum Cívico Europeu.

FERNANDO JOSÉ SALGUEIRO MAIA

Por proposta da Direcção, a Assembleia Geral concedeu a categoria de SÓCIO DE HONRA ao nosso Salgueiro Maia.

É o terceiro sócio de honra da A25A e o primeiro militar de Abril a quem essa distinção é atribuída.

Como foi referido na proposta da Direcção, considera-se óbvia a razão desta decisão e desnecessária a sua fundamentação.

A Associação 25 de Abril ficou engrandecida com a decisão agora assumida.

JOSÉ MAGALHÃES GODINHO COMPANHEIRO MAIS VELHO

Já não são muitos os homens que, como José Magalhães Godinho, se fizeram gente nos tempos arrebatados da primeira República, atravessaram sem contemporizar a longa provação totalitária e participaram com generoso empenhamento na consolidação do regime saído do 25 de Abril. Entre eles Magalhães Godinho era um dos que melhor representava o espírito republicano que, na juventude, impregnara a sua geração. O conceito de democracia a que se conservava fiel provinha dessa época recuada e entendia-o, não apenas como forma de organização política, mas, sobretudo como um valor. Determinação que permanentemente o acompanhou foi a salvaguarda intransigente da sua independência de julgamento e a recusa de quaisquer alienações – atitude que consubstanciava o imperativo laico a que obedecia e a consequente rejeição de quaisquer compromissos com tudo o que afrontasse a liberdade de consciência. Magalhães Godinho foi, por isso, coerentemente um homem das luzes, membro desde bem cedo do Grande oriente Lusitano, centro de intransigente resistência à ditadura, que com outros bravos ajudou a sobreviver na clandestinidade, em tempos difíceis de intolerância e perseguição, tendo ali ascendido aos mais altos graus de que o reconhecimento dos seus companheiros e a sua acção em prol da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, o haviam feito credor.

O ideário socialista assumiu-o como decorrência natural da sua estrutura ética. Para ele o socialismo deveria ser, antes de mais nada, uma forma legitimada e sustentada pela vontade colectiva, de promover a solidariedade entre os homens e de distribuir fraternalmente as riquezas que conjuntamente produzissem. A sua visão do socialismo provinha em grande parte da tradição humanista e jauressiana e não afastava o papel do aliciamento e do estímulo que a utopia poderá exercer na mobilização das grandes causas. Mau grado todos os retrocessos que a história contemporânea evidenciou, nunca deixou de crer na perfectibilidade do homem e da sociedade que o reflecte. Esta serenidade na crença dos grandes valores fizeram dele uma referência obrigatória e destacada para o partido socialista de que foi um dos fundadores. De uma forma ou de outra, as opiniões que expendia calaram sempre fundo em boa parte dos seus militantes e dirigentes. Mas não apenas entre os socialistas. Em geral todos os democratas o respeitavam. Sabiam que ele resistira corajosamente ao fascismo e que pertencia àquela estirpe que assumira a resistência como código de conduta. Não ignoravam, também, quanto para lá do combate político de que tomava a iniciativa ele nunca hesitava, por solidariedade com os perseguidos do regime, em prestar todo o auxílio pessoal que lhe pediam na qualidade de jurista ilustre e respeitado como era.

Nesses tempos estar na política em nome da democracia significava necessariamente só se poder esperar como paga privações, arbitrariedades e ostracismo. Quem o fazia não aspirava a nenhuma espécie de proventos, a não ser o auto-respeito e o orgulho de poder andar de cabeça erguida, com as contas bem saldadas com a consciência.

Magalhães Godinho foi, sem dúvida, um caso paradigmático desse tipo de consciência moral. Para ele a defesa das posições justas sobrepunha-se a quaisquer conveniências pessoais ou interesses de grupo. Deu sobejas provas disso, quer antes quer depois do 25 de Abril, e muitos dos que acompanharam o seu percurso isento jamais o poderão esquecer. No seu comportamento estava inerente uma incorrigível e cavalheiresca forma, romântica mesmo, de fazer política que, não obstante tomar a primazia nos seus actos, lhe não toldava a capacidade de avaliar com lucidez as situações.

Guardo memória viva da sua tolerância, da sua abertura de espírito, que não conflituavam com a firmeza – alguns diriam mesmo teimosia – que punha na defesa da sua própria compreensão das coisas, quando inspirada nos valores que estruturavam a sua concepção do mundo. Assumia essa atitude em prol da sua honra – não por força do que os outros pensassem, mas pelo julgamento que de si próprio fazia.

Como ser fraterno por vocação e formação Magalhães Godinho amava o seu semelhante e sabia manifestar-lhe quanto apreciava, sem lisonja, as suas qualidades. Sempre o encontrei com um sorriso de jovialidade nos lábios, pronto a desferir um gracejo, indício discreto de quem detestava os relacionamentos pomposos, daqueles que se tomam e gostam que os tomem demasiadamente a sério. A sua faceta trocista fazia dele, homem maduro e vivido, um companheiro com a idade dos mais novos, que como eu, dele se acercavam sem reserva ou acanhamento.

Por tudo o que representava, como evidenciaram os cargos políticos que aceitou exercer depois do 25 de Abril, onde a função de zelador dos princípios adquiria particular relevância, as pessoas habituaram-se a ver nele a figura do sábio ou do justo que pontifica em certas sociedades tradicionais a quem se pede conselho e a quem se prestam contas das iniciativas empreendidas à revelia do seu conhecimento. E, nessa reverência para com o homem bem avisado e experiente que indiscutivelmente era, está incito o reconhecimento de que o viamos como parte da nossa consciência e como elo a um passado que, embora não tenhamos vivido, constitui parte integrante e fundamental da nossa identidade.

Aquilino Ribeiro Machado

Por motivos de contenção de despesas, a direcção da A25A decidiu editar o Boletim a PRETO E BRANCO.

A CAPA A CORES só se verifica porque a ADFA gentilmente a ofereceu.

VAMOS APRENDER BRIDGE! (23)

Chegaram ao meu conhecimento alguns comentários proferidos por leitores da nossa coluna, obviamente atraídos pela prática do bridge.

Terão manifestado, reconheço que com acuidade e inequívoco sentido de humor, que com o ritmo e dimensão com que os artigos saiem, morrerão primeiro o autor e os leitores antes de se terem publicado os princípios globais que permitam a um desconhecedor primário arriscar-se na prática do jogo.

Não contesto que tais observações têm inteira validez, mas sobre elas terei que tecer algumas considerações, que julgo, substantivas.

O objectivo principal, perseguido com a nossa coluna visa fornecer dados e pistas para uma reflexão um pouco mais concreta e exaustiva sobre cada uma das situações que se apresentam à mesa de jogo, tentando uma transição gradual dos que praticam "brodge" intuitivo para um "bridge" progressivamente mais consistente.

A periodicidade de "O Referencial" e o espaço destinado à rubrica de bridge não permitem ter a ambição de formar intérpretes que, a curto prazo, desejem iniciar-se na prática da modalidade.

Para esses, até que seja possível a publicação duma separata que inclua todos os capítulos de um, mais ou menos complexo, sistema de bridge ou da realização de cursos para iniciados a cargo da A25A, recomendo uma de duas soluções, que até poderão ser concumitantes ou consequentes:

– Inscreverem-se nos cursos para iniciados que o CENTRO DE BRIDGE DE LISBOA regularmente ministra, a preços módicos e de eficácia comprovada;

– Adquirirem uma publicação sobre a especialidade, fazerem um estudo e começarem a praticar, utilizando, se possível, os despretensiosos torneios de treino que várias vezes por semana se realizam nos Clubes de Bridge e/ou partidas "caseiras" que se praticam um pouco por todo o lado.

Os livros sobre bridge, normalmente em francês ou em inglês, poderão ser encontrados em qualquer boa livraria, havendo casas especializadas na matéria, como é o caso da TABAC (passe a publicidade!) no Centro Comercial das Amoreiras, que tem larga e actualizada bibliografia sobre a matéria.

Concluída esta nota prévia, retomemos o tema da nossa coluna, continuando com a análise das vozes de "INTERVENÇÃO".

3 - O DOBRE DE CHAMADA

O Dobre de Chamada é a Intervenção mais segura que a linha que não abriu o leilão poderá utilizar.

S	W	N	E
Passo	1♦	Dobro	

O Dobre de Chamada deve ser utilizado com mãos de força compreendidas entre 14 DH e 23 DH, e com distribuições ideais de 5-4-4-(0) ou 4-4-4-(1), em que a chicana e o singleton correspondem ao naipe de abertura do adversário, ou com distribuições boas de 5-4-3-(1), 4-4-3-(2) ou 5-3-3-(2).

Esta voz pede ao parceiro que anuncie o seu melhor naipe (veremos mais tarde que também a sua força) impedindo-o de passar, salvo em duas únicas situações:

– Se tiver um jogo muito fraco e com uma distribuição regular, quando o adversário à sua direita tiver respondido à abertura do parceiro anunciando um novo naipe ou apoiando o naipe de abertura:

S	W	N	E
1♥	Dobro	1♠	Passo

Neste exemplo está consubstanciado um PASSO legítimo de E, caso o seu jogo se enquadre na moldura atrás referida.

– Se possuir uma mão que lhe permita decidir transformar o Dobre de Chamada em Dobre Punitivo, concluindo, em síntese, que o castigo que irá, eventualmente, inflingir ao adversário será superior a uma marcação de um Parcial ou mesmo de Partida ou de Chelem na sua linha.

Esta é uma decisão sempre difícil de tomar mas que, quando creteriosamente aplicada, pode levar a belíssimos resultados.

S	W	N	E
1♣	Dobro	Passo	Passo

Este é um exemplo em que E decidiu transformar o Dobre de Chamada do W em Dobre Punitivo.

Quando abordarmos as respostas às Intervenções do nosso parceiro e, nomeadamente, às Intervenções por Dobre analisaremos em pormenor as características das mãos que aconselham tal tomada de decisão.

Apresentemos agora alguns tipos de mãos que aconselham à utilização de um Dobre de Chamada após uma abertura à nossa direita.

Sobre a abertura em 1♣, as mãos:

A		B
♠ AV95		♠ R10852
♥ RV83	ou	♥ AD74
♦ RD10		♦ AD3
♣ 52		♣ 7

justificam uma intervenção por Dobre, pois a mão A tem 14 H com 4 boas cartas em ♠ e em ♥ e um bom resíduo de 3 cartas em ♦, para a eventualidade do nosso parceiro anunciar esse naipe, enquanto que a mão B com os seus 15 H e apesar de deter um naipe de 5 ♠ não deve excluir a hipótese de o parceiro poder anunciar ♥ ao nível de 1 o que, se preferisse intervir em 1 ♠ e não por Dobre, materialmente inviabilizaria.

Sobre a abertura de 1 ♦ pelo adversário à direita, a mão:

♠ A4
♥ RV93
♦ 6
♣ ARV1084

impõe, em minha opinião, a utilização de um dobre como intervenção, pois apesar de só possuir 2 cartas de ♠, não terá qualquer receio de anunciar 2 ♣, face à robustez e comprimento do naipe de ♣, caso o parceiro tenha respondido ao Dobre com a voz de 1 ♠, mas não inviabiliza que o parceiro possa anunciar, ao nível 1, um eventual naipe de ♥, onde possuimos 4 cartas com duas figuras.

Não se enquadrando nas distribuições definidas como ideais ou boas, esta mão situa-se no tipo das aceitáveis para utilizar o Dobre de Chamada, face à sua força significativa e distribuição conveniente. Pelo que acabámos de dizer poderemos concluir que as exigências sobre distribuições ideais, boas, ou aceitáveis serão tanto menores quanto mais consistente for a mão em força de honras, princípio que convém reter e aplicar sempre que se nos deparem mãos sobre as quais se nos colocam dúvidas sobre se devemos intervir dobrando a abertura ou anunciando um naipe.

Um abraço amigo do
Luís Galvão

(continuação da pág. 1)

nia de inauguração. Antes do 25 de Abril o cidadão e político oposicionista Mário Soares, hoje Presidente da República, esteve abertamente contra a política e a guerra colonial, e disso tem fartos motivos de orgulho, mas nunca contra os combatentes. Quando se mobilizam os manifestantes para hostilizarem o Dr. Mário Soares, porque estivera "do outro lado da barricada", é porque era a guerra colonial que definia a barricada, uma vez que era em relação à guerra colonial que o Dr. Mário Soares estava "do outro lado", em oposição aos apologistas da ditadura colonial.

Os compungidos lamentos do presidente da comissão promotora, surpreso pelo lamentável rumo que os acontecimentos tomaram, se autênticos e sinceros, só podem ser encarados como produto de uma intrigante ingenuidade ou de uma lamentavel imprevidência. Toda a encenação, os convites, as omissões, as entrevistas, apontavam no sentido que veio a desenhar-se, e que foi o desejado. Surpresas só teve quem as quis.

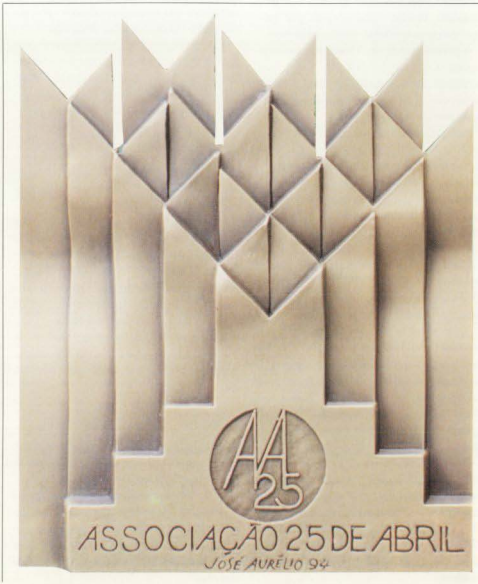
Há hoje quem pretenda contornar a condenação da guerra, enquanto tal, separando-a do regime que ela servia e dos objectivos políticos que visava. Fazia-se a guerra, dizem, em nome da pátria, e não em nome do regime.

Como se a guerra não fosse, por definição, um instrumento da política. Os militares e generais que assim argumentam, são os mesmos que estão sempre prontos a citar Clausewitz, mas que, quando necessário, esquecem que foi Clausewitz quem afirmou que "a guerra é a continuação da política por outros meios". Como esquecem a farsa grotesca da "brigada do reumático", em que a generalidade dos oficiais generais foi expressar a sua fidelidade à política colonial do chefe do Governo Marcello Caetano, que tinha sido posta em causa pelos chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Justificam outros a guerra colonial invocando o paralelismo histórico do factor colonial, no empenhamento dos republicanos e democratas na Grande Guerra de 1914-18. Ignorância ou manipulação intencional, associam situações distintas, porque respeitam a fenómenos diferenciados. Em 1914-18 tratava-se de defender as colónias contra apetites expansionistas de outras potências coloniais, numa época em que a descolonização africana ainda nao se colocava. Em 1961-74, pelo contrário, foi uma guerra contra o direito dos povos à sua autodeterminação e independência, uma guerra contra o fenómeno descolonizador que se estendera a toda a África e era apoiado em todas as instâncias internacionais, uma guerra que tinha, como efeito subsidiário, a manutenção da ditadura que subjugava o povo português.

Foi a estes "valores" que se pretendeu erigir o monumento junto ao forte do Bom-Sucesso. Utilizou-se a memória dos combatentes, dos mutilados e dos mortos, para enaltecer a guerra colonial, o regime colonial, a ditadura salazarista, para ofender o 25 de Abril.

O chamado "Monumento aos Combatentes do Ultramar" não se libertará do seu pecado original. A generalidade da opinião pública entendeu-o, e a denúncia surgiu dos mais variados quadrantes.

A melhor homenagem que se pode fazer a alguém passa por duas atitudes: Respeito e Justiça. O que muitos combatentes não vêem concretizado. Até neste seu desejo mais elementar, que é o de não serem utilizados na glorificação de falsos valores que não perfilham.

PEDRO PEZARAT CORREIA